

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAUÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SEAD

LEI nº 536 De 14 de Dezembro de 2009

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2010-2013 e dá outras providências

Lei Orgânica Municipal. Art. 1º Esta lei institui o Plano Plurianual para o período de 2010 a 2013 em cumprimento ao disposto nas Constituições Federal e Estadual, e na

Art. 2º O Plano Plurianual tem como diretrizes:

I – Promoção do Desenvolvimento Sustentável e Solidário;

Cato



II - Realização de Políticas Públicas para a Cidadania, a Afirmação dos Direitos e da Justiça Social;

III – Efetivação da Democracia, da Qualidade da Gestão Pública e a Ampliação da Participação Popular

Art. 3º Os objetivos estratégicos a serem alcançados pelo Plurianual são:

1-Qualificar a infra-estrutura urbana e rural especialmente para resolver problemas estruturais pela intervenção em pontos estratégicos:

estratégias de desenvolvimento sustentável; II - Promover o comprometimento de agentes públicos e privados com a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais através de

desenvolvidos com qualidade III - Garantir o direito humano à saúde através da promoção de políticas públicas que efetivem o acesso universal aos serviços e ações em saúde

aprendizagem e o exercício da cidadania; IV - Garantir o direito humano à educação através da promoção de políticas públicas que efetivem a educação básica como mediação para a

os segmentos sociais em situação de maior vulnerabilidade: V - Garantir o direito à assistência social através da promoção de política pública articulada e coordenada que promova e proteja, com prioridade,

espaços urbanos; VI - Garantir o direito à acessibilidade e à mobilidade através de ações e serviços adequados e que promovam a integração cidadã aos vários

moradia de interesse social; VII - Garantir o direito humano à moradia adequada com atenção especial às populações de menor renda atuando na ampliação do acesso à

desporto e do lazer; VIII - Garantia do direito humano ao desenvolvimento artístico e cultural através de políticas públicas de promoção da cultura popular, do

Aceto



- segurança pública com cidadania; IX - Contribuir com a promoção do direito de viver livre da violência através de ações de integração comunitária e de articulação as ações de
- populações residentes em áreas de risco; X - Garantir o direito à cidade através de mecanismos de participação da população nas definições sobre planejamento urbano e de inclusão de
- XI Promover o acesso amplo e transparente à informação pública a fim de fortalecer o exercício da cidadania e da participação democrática;
- XII Garantir a participação qualificada, permanente e consistente da cidadania na definição e na implementação de políticas públicas
- controle administrativo e financeiro; XIII - Oferecer serviços públicos qualificados para a garantia de direitos da cidadania através da criação de condições físicas, de pessoal e de
- receitas próprias e com captação junto a órgãos federais e estaduais. XIV - Garantir recursos financeiros para a implementação das prioridades políticas municipais através do incremento do orçamento público com
- se nos instrumentos de organização das ações a serem desenvolvidas pelo Poder Público Municipal nesse período. Art. 4º Os Programas de Ação da Administração Pública Municipal, constantes dos Anexos do PPA – Plano Plurianual 2010 - 2013, constituem-
- de Diretrizes Orçamentárias e em cada Lei Orçamentária, assim como em propostas para créditos adicionais. Art. 5º As metas físicas estabelecidas para o período do Plano Plurianual constituem-se em limite de programação a ser observado em cada Lei

Josta



Art. 6º Os valores consignados a cada ação são referenciais e não se constituem em limites à programação das despesas expressas em cada Lei de Diretrizes Orçamentárias e em cada Lei Orçamentária, assim como em propostas para créditos adicionais.

transferências constitucionais, dos convênios com o Estado e a União e de parcerias com a iniciativa privada Art. 7º Os recursos que financiarão a programação constante no Plano Plurianual são oriundos de fontes próprias do Município, das

Executivo por meio de Projeto de Lei de revisão anual ou de revisões específicas Art. 8º A inclusão de novos programas bem como a exclusão ou alteração dos programas definidos nesta Lei serão propostos pelo Poder

§ 1º Os Projetos de Lei de revisão anual, se necessários, serão encaminhados à Câmara Municipal até o dia 30 de novembro dos exercícios de 2010, 2011, 2012 e 2013.

guardem consonância com as diretrizes estratégicas do Plano e com seu cenário de financiamento, mantendo-se os ajustes efetuados nos § 2º As leis de diretrizes orçamentárias, ao estabelecer as prioridades para o exercício seguinte, poderão promover ajustes no PPA desde que exercícios subsequentes

§ 3º Considera-se alteração de programa:

[- modificação da denominação, do objetivo, do público-alvo.

II - inclusão ou exclusão de ações e produtos;

III - alteração de título da ação orçamentária, do produto, da unidade de medida, das metas e custos.

Jest a



adicionais, assim como nas Leis de revisão do Plano Plurianual Art. 9º As Ações deste Plano serão observadas em cada Lei de Diretrizes Orçamentárias, em cada Lei Orçamentária Anual e em seus créditos

observados os montantes de investimento correspondentes. Art. 10º Poderão ser contratadas operações de crédito para o financiamento de projetos que estejam especificados no Plano Plurianual,

Art. 11º O Plano Plurianual e seus programas serão permanentemente acompanhados e anualmente avaliados.

Art. 12°. Esta Lei entra em vigor em 1° de janeiro de 2010.

Art. 13°. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA, 14 DE DEZEMBRO DE 2009.

Prefeita Municipal

ANA HELENA ANDRADE COSTA